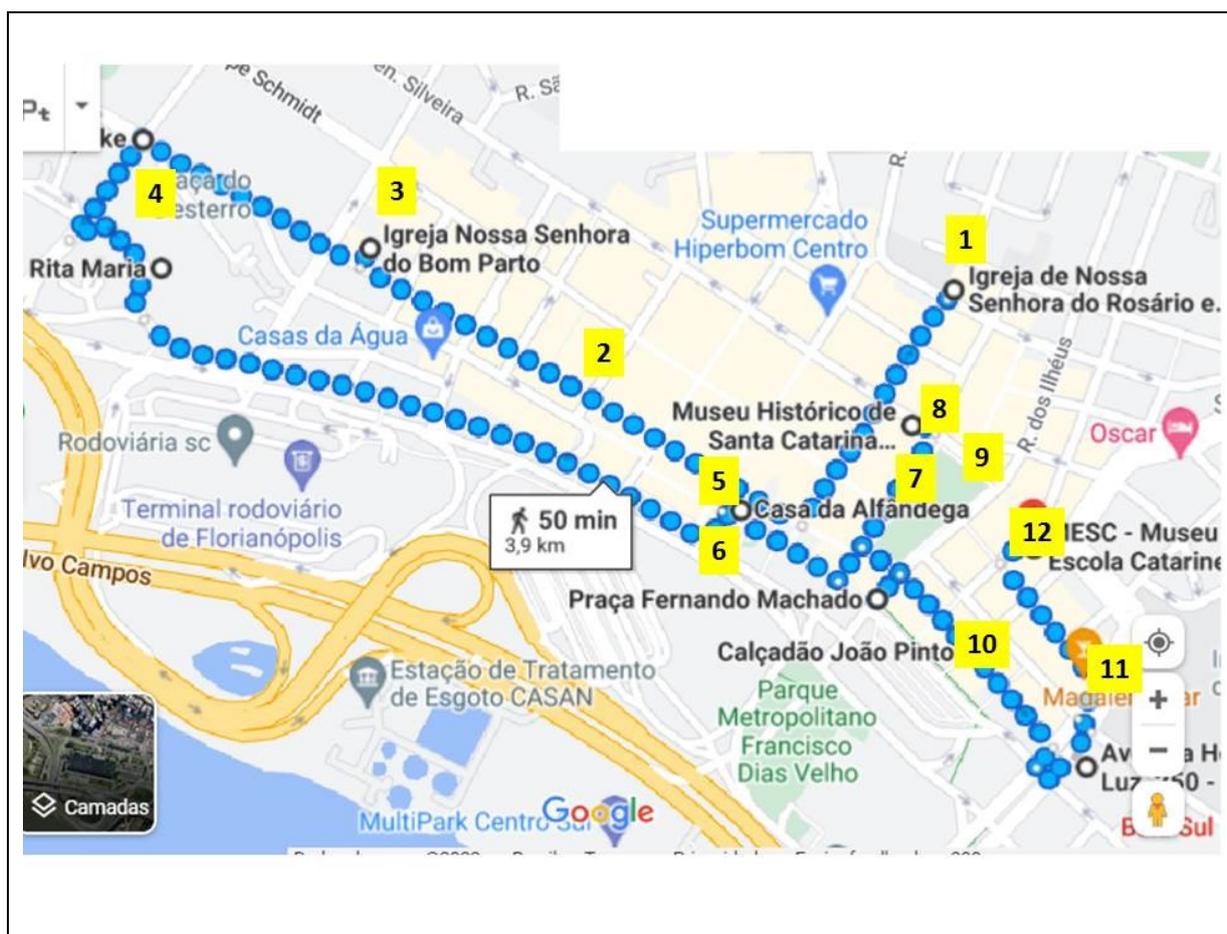


## **Caminhadas com a História – Pensar a presença negra e seus territórios em Florianópolis<sup>1</sup>**

Janice Gonçalves<sup>2</sup>

### **Roteiro da caminhada**

O roteiro aqui proposto abarca a área central de Florianópolis de modo a explorar elementos da cultura material e das práticas culturais (patrimonializados ou não) que se refiram à presença negra e seus respectivos territórios na cidade, em diferentes momentos históricos. A atuação dos participantes da caminhada é fundamental para adensar reflexões pontuadas no roteiro, assim como para observar locais não destacados no percurso, mas também significativos.



1. Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e escadaria. 2. Rua da primeira sede da Sociedade Recreativa Brinca Quem Pode. 3. Igreja de Nossa Senhora do Parto. 4. Antiga área fabril, estaleiro Arataca e bairro Rita Maria. 5. Área (aterrada) do porto e Alfândega. 6. Mercado público atual e antiga praça do mercado. 7. Homenagens a Cruz e Sousa: Palácio Cruz e Sousa, mural, busto na Praça XV de Novembro. 8. Homenagem a Antonieta de Barros (mural, visão a partir da esquina Praça XV de Novembro com a Rua Tenente Silveira). 9. Praça XV de Novembro. 10. Rua João Pinto. 11. Rio da Bulha/Avenida Hercílio Luz. 12. Escola (desativada) Antonieta de Barros e elo do circuito do samba.

<sup>1</sup> Caminhada concebida em articulação com a disciplina “História do Tempo Presente: Temas Emergentes”, ministrada em 2023/1 pelo Prof. Rogério Rosa Rodrigues, no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, vinculada ao Laboratório de Patrimônio Cultural (LabPac); coordenadora do projeto de extensão Rede SPECULA, ao qual esta caminhada está associada.

## **Sobre os pontos a percorrer:**

### **1. Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e escadaria (ponto de partida)**

Fundada em 1750, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, como costuma ocorrer com as irmandades de caráter devocional, está ligada a um templo – no caso, à Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito que, no período colonial, era uma pequena capela. Em 1787, foi concedida à irmandade autorização para a construção de uma nova igreja, cuja inauguração se deu apenas em 1830 (CABRAL, 1979, v. 1; SOUZA, 1992; VEIGA, 2008).

A igreja tem características tanto barrocas como neoclássicas (como o frontão). A fachada principal apresenta duas partes: em uma, há o frontão triangular e, acima dele, volutas que ladeiam uma cruz de ferro, além de três janelas em arco, sobre a porta principal, cada uma das janelas dotada de guarda-corpo de madeira entalhada; a outra parte da fachada é composta pela torre sineira, também com janela e guarda-corpo entalhado, na mesma linha que as demais janelas. Em 1975, a edificação foi protegida por tombamento municipal (Decreto Municipal n. 1341), somando-se a isso a proteção dada pelo Decreto Municipal n. 270, de 1986 (uma vez que está incluída em um dos conjuntos edificados protegidos na área central); a proteção do bem foi estabelecida como integral. Em nível estadual, está tombada desde 1988. (GONÇALVES, 2016; SOUZA, 1992)

Apesar de atualmente cercada por edificações, a igreja mantém-se como ponto referencial na paisagem urbana, além de importante marco simbólico da população negra da cidade, que costuma ocupar a escadaria à sua frente para encontros e manifestações.

### **2. Rua da primeira sede da Sociedade Recreativa Brinca Quem Pode**

O clube negro, criado na década de 1930, foi originado de um bloco carnavalesco com o mesmo nome. A primeira sede funcionou na Rua Conselheiro Mafra, nas proximidades da redação do jornal *O Estado*, mais tarde sendo transferida para perto do atual Instituto Estadual de Educação. Ao menos outros três clubes negros existiram em Florianópolis no século XX: Clube 25 de dezembro, Copa Lord, Flor do Abacate e Brinca Quem Pode (MARIA, 2013; PINHEIRO, 2016).

### **3. Igreja de Nossa Senhora do Parto**

A construção da igreja foi iniciada em 1836 e concluída em 1861, por iniciativa da Irmandade de Nossa Senhora do Parto, formada a partir de uma dissidência em relação à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (CABRAL, 1979, v. 1; MORTARI, 2011). Se a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário era composta principalmente por escravizados e libertos, a de Nossa Senhora do Parto era integrada, sobretudo, por afrodescendentes ou “crioulos” (nascidos no Brasil). Havia ainda outra irmandade vinculada predominantemente a africanos e afrodescendentes: a de Nossa Senhora da Conceição, constituída em 1956 por pardos livres (MORTARI, 2011); a capela de Nossa Senhora da Conceição (que veio a ser demolida) estava situada na área da atual Praça Getúlio Vargas.

Quando construída, a Igreja de Nossa Senhora do Parto apresentava planta simétrica, com frontão na fachada principal; a simetria, porém, foi perdida com mudanças posteriores (ampliação do prédio à esquerda, construção da torre central, alargamento da nave). O prédio é tombado em nível municipal. (ADAMS, 2002)

### **4. Antiga área fabril, do estaleiro Arataca e do bairro Rita Maria**

A área fabril, juntamente com o estaleiro, integrava os negócios do empresário alemão Carl Hoepcke (1844-1924). As construções remanescentes dizem respeito à Fábrica de Pontas Rita Maria (inaugurada em 1896), à Fábrica de Gelo Hoepcke (de 1897) e à Fábrica de Rendas e Bordados (de 1913); a chaminé da fábrica de pregos (chamados de “pontas”), mantida, foi construída na década de 1940. Na Rua Hoepcke, podem ser observadas casas geminadas originalmente destinadas a alguns dos operários das fábricas, para moradia. A área fabril é protegida pelo Decreto Municipal n. 270 de 1986, juntamente com seu entorno, uma vez que compõe um dos conjuntos edificados protegidos no centro da cidade (SOUZA, 2020; VEIGA, 2008).

Jéssica de Souza (2016), em pesquisa que procurou mapear o perfil dos trabalhadores da fábrica de pregos, destacou a presença de trabalhadores negros, ao analisar um livro de registro do período 1928-1932; ressaltou que, numericamente, a presença era pouco expressiva em relação ao conjunto de trabalhadores, geralmente envolvendo jovens com vínculo empregatício menos duradouro. A documentação de arquivo das empresas Hoepcke, ainda pouco explorada nesse viés de pesquisa, aguarda investigações sistemáticas.

Nas proximidades da Rua Hoepcke, funcionou, de 1907 até a década de 1960, o estaleiro Arataca, entre o

cais da praia Rita Maria (proximidades do Forte Santana, área conhecida, no século XIX, como “Estreito”) e a praia do Arataca. Dado o estado precário, a maior parte das edificações remanescentes do estaleiro foi demolida em 2014.

Note-se que o nome Rita Maria advém de uma mulher afrodescendente que residiu naquela área e que se tornou uma muito conhecida benzedeira. Com o aterro, o terminal rodoviário recebeu seu nome, assim como um monumento alusivo a ela, em sucata de ferro.

### **5. Área (aterrada) do porto e Alfândega**

Parte expressiva dos trabalhadores da área portuária, no século XIX, era composta por africanos e afrodescendentes, que atuavam diretamente na recepção e transporte de produtos. Para o controle da chegada e distribuição de tais produtos, a alfândega era fundamental.

Uma primeira alfândega funcionou em Desterro na esquina da Rua do Príncipe (atual Rua Conselheiro Mafra) com o Largo da Matriz (atual Praça XV de Novembro), mas o prédio ruiu em 1866, em decorrência de explosão seguida de incêndio. Outra sede foi inaugurada em 1876, tendo funcionado por quase noventa anos, até a desativação do porto. A edificação, de estilo neoclássico, é de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina; foi tombada em nível federal em 1975 e, em âmbito municipal, por força do Decreto municipal n. 270/1986, compõe um dos conjuntos edificados protegidos da área central (CABRAL, 1979, v. 1; SOUZA, 1992; VEIGA, 2008).

### **6. Mercado Público atual e antiga praça do mercado**

A construção do primeiro mercado público foi uma iniciativa do governo da província, que buscou pôr fim às “barraquinhas” de comércio popular que existiam na parte baixa do Largo da Matriz e à concentração de ambulantes no local (como quitandeiras). Conforme os estudos de Fabiane Popinigris, porém, a construção do mercado não eliminou essa presença, apenas readequando-a:

O lugar que seria ocupado por mulheres como Anna Mina, Thomázia Cabral, Maria do Sacramento, Josefa Caçange, Maria Cardozo e Luiza Cabinda, Joana Prates (“preta forra”) e Joana Rosa, na década de 1859, e por Maria Mina (liberta), Thereza, Maria Rosa, Faustina e muitas outras quintandeiras, na década de 1860, era um dos vãos entre as colunas do Mercado, localizados entre o pátio central e a varanda. (POPINIGRIS, 2013, p. 159)

Inaugurado em 1851, nos arredores da atual Praça Fernando Machado, o primeiro mercado foi demolido na década de 1890 e substituído pelo mercado atual. O atual mercado teve sua primeira ala inaugurada em 1899; a segunda ala, o vão central, as torres e as pontes que as interligam foram construídas entre 1928 e 1931 (SOUZA, 1992; VEIGA, 2008).

Em 2005, o Mercado Público sofreu incêndio de grande vulto, que atingiu toda a primeira ala; sob a pressão de comerciantes afetados e veículos midiáticos e sem a devida atenção a órgãos de preservação (em especial, o SEPHAN, na administração municipal), a ala atingida foi toda remodelada internamente, de forma relativamente rápida, e mantida a fachada externa. Note-se que a edificação do mercado foi tombada em 1984, pelo Decreto Municipal n. 035, proteção que foi reforçada em 1986 pelo Decreto Municipal n. 270, uma vez que foi incluída em um dos conjuntos protegidos da área central; o bem é classificado no nível de proteção municipal mais alto (P1), ou seja, integral. (SOUZA, 1992).

### **7. Homenagens a Cruz e Sousa: Palácio Cruz e Sousa, mural, busto na Praça XV de Novembro**

Nascido em Desterro de pais negros que haviam vivenciado a escravidão, o destacado poeta simbolista João da Cruz e Sousa (1861-1898) teve seu nome atribuído ao Palácio do Governo em 1979. A edificação foi construída em meados do século XVIII, com projeto do brigadeiro José da Silva Paes (militar e engenheiro que também projetou as fortalezas e a igreja matriz, atual catedral); serviu de sede do governo da capitania, da província e do estado de Santa Catarina, até o último quartel do século XX, passando a sediar o Museu Histórico de Santa Catarina (que desde 2007 abriga, em uma urna, os restos mortais de Cruz e Sousa (SANTANA, 2021; SOUZA, 1992; VEIGA, 2008).

O prédio sofreu várias modificações, as mais profundas realizadas no governo de Hercílio Luz, quando perdeu seu ar colonial e foi remodelado de forma a ganhar características próprias do ecletismo arquitetônico. A edificação foi tombada em nível estadual, em 1984, e está protegida em âmbito municipal desde 1986 (devido ao Decreto Municipal n. 270, que a incluiu em um dos conjuntos edificados protegidos na área central) (GONÇALVES, 2016; SOUZA, 1992; VEIGA, 2008).

Em 2019, em prédio cuja fachada lateral dá para o jardim do museu, na área próxima à Praça XV de Novembro, foi produzido um mural em homenagem a Cruz e Sousa, elaborado pelo artista Rodrigo Rizo (SIMON, 2019).

Na Praça XV de Novembro existe busto em bronze de Cruz e Sousa, próximo ao Monumento aos Ex-Combatentes da Guerra do Paraguai; trata-se de peça instalada em substituição à escultural original, furtada há dez anos, juntamente com os outros três bustos que ali existiam desde a Primeira República.

#### **8. Homenagem a Antonieta de Barros (mural; visão a partir da esquina da Praça XV de Novembro com Rua Tenente Silveira)**

Mulher negra que foi professora, diretora de escolas, escritora e deputada estadual, Antonieta de Barros (1901-1952) marcou sua trajetória por engajamento e compromisso social, sobretudo com a educação. Nascida em Florianópolis, nos textos publicados em jornais locais adotou o pseudônimo de Maria da Ilha. (NUNES, 2001). Em janeiro de 2023, Antonieta de Barros foi inscrita no “Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria”, que integra o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, memorial cívico cuja edificação foi projetada por Oscar Niemeyer.

Antes disso, em agosto de 2019, foi inaugurado em Florianópolis um mural em homenagem a Antonieta de Barros, em prédio na Rua Tenente Silveira. Com 32 metros, é obra coletiva, elaborada pelos artistas Thiago Valdi, Tuane Ferreira e Gugie. Trata-se da terceira iniciativa de mural-homenagem, na área central da capital, tendo sido os homenageados anteriores Franklin Cascaes e Cruz e Sousa (MURAL, 2019).

#### **9. Praça XV de Novembro**

A Praça XV de Novembro é local referencial da capital, demarcado por prédios que, desde a segunda metade do século XVIII, remetiam ao poder civil (Palácio do Governo, Casa de Câmara e Cadeia) e ao poder eclesiástico (Igreja matriz, depois tornada Catedral). O Largo da Matriz, ao final do Império transformado em Praça Barão da Laguna, foi objeto de vários projetos de remodelação e ajardinamento, antes mesmo da proclamação da República, vindo inclusive a ganhar um gradil e ter a circulação de pessoas regulada (CABRAL, 1979, v. 1; VEIGA, 2008). Na Primeira República, seu jardim ganhou a companhia de bustos em bronze que homenageavam “catarinenses ilustres”, como Jerônimo Coelho, Victor Meirelles, Cruz e Sousa e José Arthur Boiteux (furtados da praça em 2013 e atualmente substituídos por réplicas). Com a retirada do gradil, na década de 1910, o trânsito de pessoas foi favorecido, o que não eliminou barreiras simbólicas, conforme relatou Oswaldo Cabral:

[...] a juventude fazia “o corso”, isto é, passeava numa pista circular, conversando e, principalmente, namorando. [...]

Nas calçadas do jardim, circulava o “segundo time” – isto é, as empregadinhas, as garotas mais pobres, as crioulinhas dos morros, que também faziam o seu “corso”, enquanto os soldados, os marinheiros, os operários, os cidadãos de menor potencial econômico, mas não amoroso, ficavam de pé junto ao meio fio, aguardando a passagem das bonecas, para um “dito”, um cumprimento, um encontro marcado através de um código especial – enfim – a paquera da época.

[...]

O “corso”, com o alargamento da rua Felipe Schmidt, passou para ali, os marmanjos nas calçadas, a moçada indo e vindo pelo meio da rua, com atracação fácil e sem vigilância alguma. Os tempos eram outros, haviam mudado.

E o jardim viu-se abandonado do “footing”, como então se denominava o antigo “corso”, sob a alegação de que o segundo time passara a ocupar o centro também, já não se contendo com as calçadas da periferia... (CABRAL, 1979, v. 1, p. 112-114).

Desde o fim do século XIX, foram constituídas sociedades carnavalescas que, além de bailes, promoviam “préstitos” pelas ruas da cidade, sendo a praça um dos pontos de referência para esses cortejos. Antes disso, a prática do entrudo, com lançamento de limões de cheiro, também agitava as ruas, apesar das proibições sistemáticas do poder público. A repressão era contínua em relação a africanos e afrodescendentes escravizados, proibidos, por posturas municipais, de promover ajuntamentos, danças e batuques (CABRAL, 1979, v. 2). Talvez o próprio esforço contínuo de repressão demonstre seu insucesso, ao menos parcial, como indica uma gravura alusiva a uma festa “negra” em frente à matriz de Desterro, em 1803 (gravura elaborada por um dos integrantes da expedição de Krusenstern, quando aportaram na Ilha de Santa Catarina – CORRÊA, 2005, p. 125). Na década de 1930, surgiram os primeiros blocos

carnavalescos organizados e, a partir da década de 1940, as primeiras escolas de samba, como a Protegidos da Princesa (1948) e a Embaixada Copa Lord (1955). Os desfiles de blocos, ranchos e escolas aconteciam no entorno da Praça XV de Novembro; nas décadas de 1970 e 1980, passaram a ocorrer na Avenida Paulo Fontes; a Passarela Nego Quirido, atual palco dos desfiles, foi inaugurada no Carnaval de 1989 (TRAMONTE, 1995).

#### **10. Rua João Pinto**

A Rua João Pinto (conhecida até 1874 como Rua Augusta), assim como outras ruas e becos nas proximidades conformava, no século XIX, a Pedreira, região de moradia (geralmente, porões de sobrados) e de intensa circulação da população negra de Desterro, assim como as áreas da Figueira e Rita Maria (CARDOSO, 2008).

#### **11. Rio da Bulha / Avenida Hercílio Luz**

Na área central da capital catarinense, nos séculos XVIII e XIX, o abastecimento de água era fundamentalmente feito por meio de fontes e chafarizes (ou “cariocas”), alimentados por rios e córregos. As fontes eram locais significativos para a sociabilidade de grupos populares (antes da abolição da escravidão, muito especialmente, escravizados, libertos e livres pobres). O mais destacado desses cursos d’água era o Rio da Bulha, que se estendia da Praia de Fora (região da Beira-Mar Norte) ao Largo 13 de Maio (correspondente à atual Praça Tancredo Neves), alimentando várias fontes, sendo a principal delas a Fonte Grande (daí também ser o rio conhecido como córrego da Fonte Grande). Não obstante ser muito utilizado por lavadeiras, o Rio da Bulha também era alvo de despejos constantes de dejetos e lixo doméstico.

A preocupação com as condições sanitárias da cidade, considerados os frequentes surtos de doenças, intensificou-se na Primeira República, dando ensejo a uma remodelação urbana de cunho sanitaria e socialmente higienizador. No governo de Hercílio Luz (1918-1922), foi projetada e realizada a canalização do Rio da Bulha e, sobre a área do leito do rio, a construção de uma grande avenida, que seria denominada Avenida do Saneamento (mas que acabou recebendo a denominação de Hercílio Luz). Um efeito social dessa remodelação foi o desalojamento dos grupos populares que residiam no entorno imediato do rio, tendo suas casas destruídas; muitos desses sujeitos, pobres e subalternizados, passaram a ocupar os morros do entorno ou locais ainda mais distantes (ARAÚJO, 1989; VEIGA, 2008).

#### **12. Escola (desativada) Antonieta de Barros e elo do circuito do samba**

Construído em 1940 para abrigar o Colégio Dias Velho (denominação que homenageava o sertanista considerado “fundador” da capital, no século XVII), o prédio recebeu o nome de Antonieta de Barros em 1952. Com problemas estruturais, o prédio foi interditado em 2008 e a escola desativada em 2010. A desativação da escola e o posterior esvaziamento do prédio aceleraram a deterioração das instalações, ao mesmo tempo em que estimularam ativistas e entidades do movimento negro a se mobilizarem para ocupar o espaço.

A edificação foi transferida em 2019 para a UDESC, com o compromisso de que fosse instalado na edificação um centro cultural voltado para a cultura negra. Não tendo realizado nenhuma ação efetiva para recuperar o prédio ou para efetivar o centro cultural, a universidade abriu mão do imóvel em 2022. Pouco antes disso, a Prefeitura de Florianópolis explicitou demanda de uso do prédio, embora não exclusivamente para o centro cultural previsto. A cessão para o município foi aprovada pela Assembleia Legislativa em dezembro de 2022 e em janeiro de 2023 sancionada pelo governador (GOVERNO, 2023). A luta para implementação do centro cultural, agora pela Prefeitura, continua.

O entorno do prédio é referência de sociabilidade da população negra na cidade, sendo um ponto importante do circuito do samba em Florianópolis.

#### **Referências**

ADAMS, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história – patrimônio de Florianópolis.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República.** São Paulo, 1989. 216 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro.** Florianópolis: Lunardelli, 1979. 2 v.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro**: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis – Ilustrada**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2005. p. 125.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de valor**: patrimônio cultural em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

GONÇALVES, Janice; PRESTES, Simone; LEITE, Willian T. M. W.; MORTARI, Claudia. **Comentários sobre a caminhada n. 8** [21 de novembro de 2009]. Florianópolis: UDESC, FAED, LabPac, Projeto de extensão “A aventura do documento”, Projeto de extensão “No fio da memória: caminhadas de registro fotográfico”, 2009. Disponível em: [http://www.labpac.faed.udesc.br/caminhada8\\_roteiro.pdf](http://www.labpac.faed.udesc.br/caminhada8_roteiro.pdf) Acesso em: 12 fev. 2023.

GOVERNO do Estado doa antigo prédio da escola Antonieta de Barros para transformá-lo em Museu e Centro Cultural. **O Celeiro** [jornal eletrônico], 17 jan. 2023. Disponível em: <https://jornalceleiro.com.br/2023/01/governo-do-estado-doa-antigo-predio-da-escola-antonieta-de-barros-para-transforma-lo-em-museu-e-centro-cultural/> Acesso em: 12 fev. 2023.

MARIA, Maria das Graças. Clubes e associações de afrodescendentes na Florianópolis das décadas de 1930 e 1940. In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Z. (Org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 263-277.

MORTARI MALAVOTA, Claudia. **Os Homens Pretos do Desterro**: um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860). Itajaí: NEAB, Casa Aberta, 2011.

MURAL em homenagem a Antonieta de Barros é inaugurado no Centro de Florianópolis. **G1** (portal eletrônico de notícias), 18 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-atarina/noticia/2019/08/18/mural-em-homenagem-a-antonieta-de-barros-e-inaugurado-no-centro-de-florianopolis.ghtml> Acesso em: 12 fev. 2023.

NUNES, Karla L. D. **Antonieta de Barros**: uma história. Florianópolis, 20001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

PINHEIRO, Hilton F. da S. Lembranças de um clube social negro na comunidade do Morro da Caixa. In: RASCHE, Karla L; PINHEIRO, Lisandra B. M. (Org.). **Festas da diáspora negra no Brasil**: memória, história e cultura. Porto Alegre: Pacartes, 2016. p. 119-135.

POPINIGIS, Fabiane. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público do Desterro. In: MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Z. (Org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 151-175.

SANTANA, Poliana Silva. **Do cemitério ao museu**: o corpo exposto de Cruz e Sousa. Florianópolis, 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SIMON, Guilherme. Painel em Florianópolis homenageia poeta Cruz e Sousa e chama atenção para seu legado. **NSC Total** [portal eletrônico de notícias], 28 jun. 2019. Disponível em: Acesso em: 12 fev. 2023.

SOUZA, Alcídio Mafra de. **Guia dos bens tombados – Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

SOUZA, Jéssica D. Habitação em Florianópolis: os/as trabalhadores/as da Vila Operária Hoepcke (1945-1960). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências E Educação**, v. 6, n. 10, p. 115-124, 2020. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/168> Acesso em: 12 fev. 2023.

SOUZA, Jéssica D. **Trabalho e raça**: perfil dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria no Pós-Abolição (Florianópolis, 1894-1930). Florianópolis, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

TRAMONTE, Cristiana. **A pedagogia das escolas de samba de Florianópolis**: a construção da hegemonia cultural através da organização do carnaval. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: memória urbana. 2 ed. rev. ampl. Florianópolis: Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, 2008.